

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.939 - RN (2019/0313872-8)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**RECORRIDO : HALDALIFAL PENHA DIAS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**RECORRIDO : VICTOR GABRIEL DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : CLAUDIA ELIANE BARBOSA AMORIM - RN013866**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo do Tribunal de Justiça local, que negou provimento à apelação do seu interesse mantendo a absolvição arrimada no princípio da insignificância.

Consta dos autos que o recorrido foi absolvido de denúncia que imputava aos recorridos incursão no art. 155, § 4º, inciso I e IV – e-STJ fls. 201-206.

Em grau de apelação, o Tribunal de origem reafirmou a absolvição – e-STJ fls. 252-275.

Nas razões do recurso especial, o órgão ministerial sustenta violação do art. 155, § 4º, inciso I e IV do CP (e-STJ fls. 268-275).

Defende a impossibilidade da aplicação do princípio da bagatela tanto em razão das qualificadoras presentes na hipótese quanto em razão do valor da subtração – cerca de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) –, correspondente a cerca de 20% do salário mínimo vigente na época dos fatos.

Acrescenta que o Superior Tribunal de Justiça possui orientação jurisdicional firmada no sentido que as hipóteses de furto qualificado rechaçam a insignificância da conduta, bem como a inexistência ofensa jurídica mínima, considerando o valor dos bens furtados (e-STJ fl. 270-271).

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 280-284), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fls. 288), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, ofertou parecer pelo provimento do inconformismo para afastar a aplicação do princípio da insignificância. (e-STJ fls. 302-305).

É o relatório.

Decido.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

Acerca do afastamento da materialidade com arrimo na inexpressividade da ofensa penal da conduta, o acórdão recorrido assim se manifestou (e-STJ fls. 252-257):

*Ao analisar os autos, inobstante a comprovação a respeito da autoria e a materialidade delitiva, tem-se que*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*a conduta dos réus não foi capaz de lesionar o bem jurídico da vítima, pelo que aplicável ao caso o princípio da insignificância.*

*Sobre o tema, são pertinentes as considerações em torno da incidência dessa causa supralegal relativo à exclusão da tipicidade material. Isso porque, parte-se da compreensão de que para restar configurado um crime, não se considera apenas à subsunção da conduta perpetrada pelo agente à descrição abstrata da lei penal, mas também à relevância da conduta por ele praticada. Ou seja, se ela é capaz de lesionar ou expor a perigo de lesão o bem jurídico.*

*A respeito da sistemática referente ao princípio da insignificância, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu os seguintes vetores objetivos de aplicação do princípio da insignificância[...]*

*Em observância aos limites acima traçados, a análise do cabimento ou não da exclusão da tipicidade em virtude da bagatela deve ser feita caso a caso, considerando as variáveis da situação concreta posta à apreciação do julgador, de modo flexibilizar, substancialmente, a aplicação do princípio da insignificância.*

*Na espécie, verifica-se que restou comprovado, durante a instrução processual, que os acusados Hadalifal Penha Pinto Cavalcante e Victor Gabriel de Oliveira, em união de desígnios e mediante rompimento de obstáculo (porta de um quiosque), subtraíram 24 (vinte e quatro) latinha de refrigerante, 01 (uma) vodka de marca Russov e um frasco de bebida da marca pitú, os quais pertenciam à vítima.*

*Conforme termo de entrega inserto à fl. 20 do IP, os objetos do evento criminoso foram devidamente restituídos à vítima, cujo valor aproximado foi de R\$ 180,00 (cento e oitenta) reais.*

*Pois bem.*

*Extrai-se das circunstâncias acima mencionadas, que estão preenchidos os requisitos objetivos do princípio da insignificância, notadamente porque os objetos foram recuperados e a conduta perpetrada por Hadalifal Penha Pinto Cavalcante e Victor Gabriel de Oliveira possui periculosidade social e reprovabilidade mínimas, sendo inexpressiva a lesão jurídica causada.*

*Quanto aos aspectos subjetivos, igualmente autorizados a exclusão da tipicidade, tendo em vista que não há notícia nos autos, nem registro no SAJ, de que os réus*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*possuam condenações penais anteriores já transitadas em julgado.*

*Logo, não pode ser considerado um criminoso contumaz.*

*Nesse sentido, tem-se posicionado esta Câmara Criminal, precisamente em situações de furto qualificado: [...]*

*Em virtude de tais premissas, constata-se a insubsistência da irresignação ministerial, motivo pelo qual a manutenção da sentença absolutória é medida que se impõe.*

Por sua vez, quanto ao princípio da insignificância, sabe-se que esse reflete o entendimento de que o Direito Penal deve intervir somente nos casos em que a conduta ocasionar lesão jurídica de certa gravidade, devendo ser reconhecida a atipicidade material de perturbações jurídicas mínimas ou leves, estas consideradas não só no seu sentido econômico mas também em função do grau de afetação da ordem social que ocasionem.

Veja-se, sobre o tema, a lição de CEZAR ROBERTO BITENCOURT:

*O princípio da insignificância foi cunhado pela primeira vez por Claus Roxin, em 1964, que voltou a repeti-lo em sua obra Política Criminal y Sistema del Derecho Penal, partindo do velho adágio latino minima non curat praetor.*

*A tipicidade penal exige uma ofensa de alguma gravidade a bens jurídicos protegidos, pois nem sempre qualquer ofensa a esses bens ou interesses é suficiente para configurar o injusto típico. Segundo esse princípio, que Klaus Tiedemann chamou de princípio de bagatela, é imperativa uma efetiva proporcionalidade entre a gravidade da conduta que se pretende punir e a drasticidade da intervenção estatal. Amiúde, condutas que se amoldam a determinado tipo penal, sob o ponto de vista formal, não apresentam nenhuma relevância material. Nessas circunstâncias, pode-se afastar liminarmente a tipicidade penal porque em verdade o bem jurídico não chegou a ser lesado.*

*[...].*

*Assim, a irrelevância ou insignificância de determinada conduta deve ser aferida não apenas em relação à importância do bem juridicamente atingido, mas especialmente em razão ao grau de sua intensidade, isto é, pela extensão da lesão produzida, como por exemplo, nas palavras de Roxin, 'mau-trato não é qualquer tipo de lesão à integridade corporal, mas somente uma lesão relevante; uma forma delitiva de injúria é só a lesão*

*grave a pretensão social de respeito. Como força deve ser considerada unicamente um obstáculo de certa importância, igualmente também a ameaça deve ser sensível para ultrapassar o umbral da criminalidade".*

*Concluindo, a insignificância da ofensa afasta a tipicidade. Mas essa insignificância só pode ser valorada através da consideração global da ordem jurídica. Como afirma Zaffaroni, "a insignificância só pode surgir à luz da função geral que dá sentido à ordem normativa e, consequentemente, a norma em particular, e que nos indica que esses pressupostos estão excluídos de seu âmbito de proibição, o que resulta impossível se estabelecer à simples luz de sua consideração isolada" (Tratado de Direito Penal, Parte Geral 1, 14ª ed., Saraiva: SP, 2009, p. 21 e 22).*

Certo que o referido princípio jamais pode surgir como elemento gerador de impunidade, mormente em se tratando de crime contra o patrimônio, pouco importando se o valor da *res furtiva* seja de pequena monta, até porque não se pode confundir bem de pequeno valor com o de valor insignificante ou irrisório, já que para aquela primeira situação existe o privilégio insculpido no § 2º do art. 155 do Código Penal.

A propósito, a preocupação de LUIZ REGIS PRADO:

*De acordo com o princípio da insignificância, formulado por Claus Roxin e relacionado com o axioma minima non curat praetor, enquanto manifestação contrária ao uso excessivo da sanção criminal, devem ser tidas como atípicas as ações ou omissões que afetem ínfimamente a um bem jurídico-penal. A irrelevante lesão do bem jurídico protegido não justifica a imposição de uma pena, devendo excluir-se a tipicidade da conduta em caso de danos de pouca importância.*

*O princípio da insignificância é tratado pelas modernas teorias da imputação objetiva como critério para a determinação do injusto penal, isto é, como um instrumento para a exclusão da imputação objetiva de resultados.*

*[...].*

*De qualquer modo, a restrição típica decorrente da aplicação do princípio da insignificância não deve operar com total falta de critérios, ou derivar de interpretação meramente subjetiva do julgador, mas ao contrário há de ser resultado de uma análise acurada do caso em exame, com o emprego de um ou mais vetores - v. g., valoração sócio-econômica média existente em determinada*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*sociedade - tidos como necessários à determinação do conteúdo da insignificância. Isso do modo mais coerente e equitativo possível, com intuito de afastar eventual lesão ao princípio da segurança jurídica. (Curso de Direito Penal Brasileiro, Volume 1 - Parte Geral - Arts. 1º a 120 - 7ª ed., RT:SP, 2007, p. 154 e 155)*

A orientação do Supremo Tribunal Federal mostra-se no sentido de que, para a verificação da lesividade mínima da conduta, apta a torná-la atípica, deve levar-se em consideração os seguintes vetores: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) a nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada, salientando que o Direito Penal não deve se ocupar de condutas que, diante do desvalor do resultado produzido, não representem prejuízo relevante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social.

Nesse sentido, da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal:

*PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES CUJA PRESENÇA LEGITIMA O RECONHECIMENTO DESSE POSTULADO DE POLÍTICA CRIMINAL – CONSEQUENTE DESCARACTERIZAÇÃO DA TIPICIDADE PENAL EM SEU ASPECTO MATERIAL – DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO (LEI Nº 9.472/97, ART. 183) – SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – DOCTRINA E PRECEDENTES – CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: “DE MINIMIS, NON CURAT PRAETOR”.*

*- O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade. - O direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado cujo desvalor – por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes – não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social. O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL. - O princípio da insignificância – que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal – tem o sentido de excluir ou de afastar a própria*

# Superior Tribunal de Justiça

*tipicidade penal, examinada esta na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Precedentes. Tal postulado – que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada – apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.*

*(RHC 122464 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 10/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-154 DIVULG 08-08-2014 PUBLIC 12-08-2014)*

Assim, a aplicação do princípio da insignificância, causa excludente de tipicidade material, admitida pela doutrina e pela jurisprudência em observância aos postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Direito Penal, demanda o exame do preenchimento de certos requisitos objetivos e subjetivos exigidos para o seu reconhecimento, traduzidos no reduzido valor do bem tutelado e **na favorabilidade das circunstâncias em que foi cometido o fato criminoso** e de suas consequências jurídicas e sociais, pressupostos que, no caso, não se encontram preenchidos.

Da análise dos autos, verifica-se que, na hipótese *sub judice*, além do valor da *res furtiva*, superior a 10% do salário mínimo à época do fato – R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) –, a conduta foi perpetrada mediante **rompimento de obstáculo e em concurso de agentes**, o que, na esteira da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal evidencia a acentuada reprovabilidade do seu comportamento, circunstância incompatível com a adoção do pretendido postulado.

Nesse sentido (destaques acrescidos):

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. FURTO QUALIFICADO. VALOR DA RES FURTIVA SUPERIOR A 10 % DO SALÁRIO MÍNIMO. CONCURSO DE AGENTES. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Consoante entendimento da Suprema Corte, são requisitos para aplicação do princípio da insignificância: a mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social na ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.*

*2. Para aplicação do princípio da insignificância é considerado o valor total dos bens subtraídos, que, no caso, é de R\$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais), superior a 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos, R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), o que evidencia a expressividade da lesão jurídica provocada.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**3. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a prática do delito de furto qualificado por concurso de agentes, caso dos autos, indica a especial reprovabilidade do comportamento, inviabilizando a aplicação do princípio da insignificância.**

**4. Agravo regimental desprovido.**

(AgRg no AREsp 1541656/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 22/11/2019)

Acrescente-se:

**PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. FURTO QUALIFICADO PRIVILEGIADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. REITERAÇÃO DELITIVA E QUALIFICADORA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR MULTA. INSUFICIÊNCIA DA MEDIDA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO E ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.**

**1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.**

**2. O "princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. [...] Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público." (HC n. 84.412-0/SP, STF, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, DJU 19.11.2004.)**

**3. O crime de furto foi qualificado pelo rompimento de obstáculo, circunstância concreta desabonadora, a qual se revela suficiente para impedir a aplicação do referido brocardo, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior.**

**4. Salvo se evidenciada manifesta desproporcionalidade, o que não se infere na hipótese ora analisada, deve ser mantida a pena restritiva de direitos imposta ao réu. Além disso, maiores incursões sobre o tema exigiriam revolvimento detido do conjunto**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*fático-comprobatório, o que, como cediço, é defeso em sede de habeas corpus.*

*5. O preceito secundário do crime pelo qual o paciente foi condenado (art. 155, § 4º, I, do CP) já prevê a cumulação da pena de multa com a pena privativa de liberdade, de modo que não se revela desarrazoado privilegiar-se na substituição a escolha de penas restritivas de direitos.*

*6. A Terceira Seção do STJ, apacando divergência que existia entre a 5ª e a 6ª Turmas acerca da possibilidade de execução provisória das penas restritivas de direitos, pacificou o tema no âmbito desta Corte Superior, decidindo que não se procede à execução provisória de penas restritivas de direitos (ERESP 1.619.087/SC, Rel. p/acórdão Ministro JORGE MUSSI, julgado em 14/6/2017, DJe 23/8/2017). Tal entendimento foi ratificado na sessão da Terceira Seção realizada no dia 24/10/2018 (AgRg no HC 435.092, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI, rel. p/ acórdão Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA).*

*7. Writ não conhecido. Ordem concedida, de ofício, apenas para determinar que a execução da pena imposta ao paciente tenha início somente após o trânsito em julgado da condenação.*

*(HC 540.639/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 25/11/2019)*

E ainda:

*PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. FURTO DUPLAMENTE QUALIFICADO PRIVILEGIADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA DO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. SURSIS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA NÃO EVIDENCIADA. INCIDÊNCIA DAS DUAS QUALIFICADORAS. REGIME PRISIONAL SEMIABERTO MANTIDO. PENA-BASE ACIMA DO PISO LEGAL. ÓBICE À SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL POR RESTRITIVA DE DIREITOS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA DECLINADA. WRIT NÃO CONHECIDO.*

*1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado*

*2. Hipótese na qual os pleitos de reconhecimento da atipicidade material da conduta, de decote da qualificadora do rompimento de obstáculo e de concessão do sursis não foram objeto de cognição pela Corte de origem, o que obsta o exame de tais matérias por este Superior Tribunal de Justiça, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e em violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte.*

*3. O crime de furto foi qualificado pelo rompimento de obstáculo e pela comparsaria, circunstâncias concretas desabonadoras que*



***impedem a aplicação do princípio da insignificância. Precedentes.***

4. Quanto ao regime, estabelecida a pena-base acima do mínimo legal, por ter sido desfavoravelmente valorada circunstância do art. 59 do Estatuto Repressor, admite-se a fixação de regime prisional mais gravoso do que o indicado pelo quantum de reprimenda imposta ao réu.

5. O art. 44 do Código Penal estabelece que será admitida a conversão da pena corporal por restritiva de direitos se "a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente". No caso em análise, o Tribunal de origem asseverou não ser admissível a concessão do benefício, em razão das circunstâncias concretas da conduta, sem que possa inferir bis in idem ou arbitrariedade em tal conclusão.

6. Writ não conhecido.

(HC 531.745/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019)

Ressalte-se que no mesmo sentido é o parecer do Ministério Público Federal (e-STJ fl. 304-305 – grifos acrescidos):

***O acórdão recorrido diverge do entendimento do STJ no sentido de “a prática do delito de furto qualificado por rompimento de obstáculo e concurso de agentes, caso dos autos, indica a especial reprovabilidade do comportamento, inviabilizando a aplicação do princípio da insignificância.”*** (AgRg no AREsp 1483202/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, 5ª Turma, julgado em 07-11-2019, DJe 19-11- 2019). No mesmo sentido, os seguintes julgados: AgRg no AREsp 1511333/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, 6ª Turma, julgado em 13-08-2019, DJe 27-08-2019;

AgRg no AREsp 1455789/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, 6ª Turma, julgado em 30-05-2019, DJe 07-06-2019; AgRg no AREsp 1290065/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, 5ª Turma, julgado em 06-12-2018, DJe 17-12-2018.

2.4. No caso, os réus foram presos em flagrante delito por terem adentrado em 02 estabelecimentos comerciais, sendo que em um deles arrombaram a porta (chegando a quebrar algumas bebidas e outros produtos), e subtraíram diversas bebidas e chocolate, avaliados em R\$ 180,00, valor correspondente, à época, a 19% do salário mínimo vigente.

2.5. ***Portanto, ainda que a res furtiva tenha sido***

# *Superior Tribunal de Justiça*

*recuperada, não há que se falar em valor inexpressivo, bem como não se pode olvidar a audácia demonstrada pelos agentes ao arrombarem um quiosque para subtrair bens do local (furto qualificado); Há um elevado grau de reprovabilidade no comportamento dos acusados. A aplicação do princípio da insignificância, no caso, representaria verdadeiro incentivo à continuidade da prática de crimes contra o patrimônio.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **dá-se provimento** ao recurso especial para afastar a aplicação do princípio da insignificância e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que retome a análise da apelação ministerial, considerando a configuração da tipicidade material do fato.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator